

Ecologia, juventude e cultura política

Por Paulo J. Krischke

Duzentos cientistas de 50 países forneceram as informações e pesquisas para o Global Environment Outlook 2000 (Visão Global do Ambiente para o Ano 2000), relatório das Nações Unidas analisando as principais questões ambientais a serem enfrentadas pela humanidade no próximo milênio. Alertando que o tempo disponível para uma transição racional e planejada a um sistema sustentável está acabando, o relatório destaca a escassez de recursos hídricos e o aquecimento global como os dois problemas mais preocupantes para o milênio, além da desertificação e da destruição das florestas em enormes áreas do planeta. (Diário Catarinense, 12 de novembro, 1999, p.3)

Eu vou pro mundo da lua / Que é feito um motel / Aonde os deuses e deusas / Se abraçam e beijam no céu / (...) A terra é um planeta em extinção. (Gabriel o Pensador e Lulu Santos, Astronauta, 1999)

As controvérsias que os jornais divulgam desde a Conferência de Kyoto (1997), e sobre as demais que se seguiram promovidas pelas Nações Unidas, acerca do futuro do clima na terra (ao redor da aplicação prática das recomendações anteriores sobre o tema -- na chamada “Agenda 21”, aprovada pela ECO-92 no Rio de Janeiro) manifes-

tam o caráter político-cultural dos debates entre os opositores e os defensores da ecologia (Gelbspan, 1997). E esse caráter político-cultural fica ainda mais evidente, quando consideramos as posições da juventude hoje como herdeiros que são de problemas ecológicos que eles não criaram, e receberam como um legado indesejável do passado (Inglehart, 1997). Mas qual o significado exato dessa afirmação, de que o debate dos problemas ecológicos, tão concretos e materiais, é um debate político-cultural?

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que ninguém (ou quase ninguém) quer hoje assumir abertamente o papel de oposição à defesa da ecologia. Afinal, os dados (e as conseqüências conhecidas e as previsíveis), por exemplo, da crescente emissão de gases tóxicos na atmosfera, e os seus efeitos deletérios sobre os ecossistemas – tais como a diminuição da camada de ozônio e as mudanças climáticas havidas nas últimas décadas – são considerados como “naturais”, porque objetivamente verificados pela ciência (Brügger, 1999). De modo semelhante, “objetivo”, são vistos também os efeitos negativos da industrialização desordenada, sobre a vida das espécies sobre a terra, sobre a natureza como um todo, e sobre a saúde e a própria sobrevivência ameaçada da humanidade. Assim, ninguém parece questionar a validade científica e a “naturalidade” da defesa da ecologia (Dunlap, 1998).

Contudo, a controvérsia entre opositores

e defensores da ecologia aparece claramente quando se trata de propor soluções concretas, corretivos práticos, prazos para intervenção, bem assim como modelos de planejamento e perspectivas para o futuro. Essas disputas assumem um caráter político-cultural, não apenas porque focalizam maior ou menor vontade dos governos em cumprir os objetivos mínimos traçados pela Agenda 21 das Nações Unidas. Esses debates são político-culturais também, porque partem de diferentes culturas políticas, que conduzem a diferentes prognósticos e cenários de eventual resolução dos problemas da ecologia (Crespo, 1998).

Assim, por exemplo, quando os políticos e economistas que defendem os interesses dos maiores países industrializados tratam de minimizar os possíveis efeitos catastróficos das atuais políticas de industrialização – e caracterizam, em conseqüência, as previsões dos ecologistas como catastrofistas – estão defendendo uma posição materialista e individualista, indiferente aos problemas coletivos da humanidade. Tal posição é tributária da economia política clássica do capitalismo ocidental, que se afirmou durante os processos iniciais de industrialização, e ajudou a formar a cultura política vigente nos países dominantes, também amplamente difundida nos demais países do mundo (Rosa e Dietz, 1998). De fato, em nosso contexto cultural parece hoje “natural” que cada indivíduo e cada país atue de forma competitiva frente aos demais, buscando satisfazer a qualquer custo os seus próprios interesses materiais imediatos, independente dos efeitos de longo prazo de suas ações, e do ônus social para a humanidade, que certamente essas ações vêm sempre acarretar.

Esse condicionamento pela cultura política dominante nem sempre é adequadamente

compreendido ou enfrentado pelos setores ecologistas. Por exemplo: já faz alguns anos que a estrada para a Lagoa da Conceição em Florianópolis (um dos pontos turísticos mais belos do estado, cujo frágil ecossistema está gravemente ameaçado pelo turismo predatório e pela ocupação desordenada) exhibe cartazes à margem da rodovia, com frases como: “A natureza precisa de 500 anos para absorver o alumínio (ou os plásticos). Recicle”. Tais mensagens aludem a uma sensibilidade crescente de setores da população face aos problemas da poluição – devido às evidentes deteriorações da natureza havidas na última década – , problemas que foram inicialmente denunciados pelos setores ecológicos e ambientalistas regionais; daí o contundente apelo que encerra a mensagem: “Recicle!”.

Essas advertências são úteis para a educação ambiental (principalmente entre as novas gerações), mas o fato é que 500 anos parece um tempo longo demais para qualquer indivíduo raciocinar de um ponto de vista ético, no contexto cultural em que todos nós vivemos e fomos educados. Ao ler um cartaz desse tipo, uma pessoa comum (como qualquer turista que por ali passe, em busca de lazer e de descanso) poderá sentir-se até justificado no seu descaso com o tema da poluição, não só porque a vida é curta, e são muitos os desafios, demandas e estímulos que cada um recebe na sociedade de consumo. Mas talvez principalmente porque o problema parecerá demasiado longínquo (“500 anos...!”) e difícil de resolver.

Ou seja, diante dessas mensagens pode-se até mais facilmente justificar o desinteresse pelo assunto, dizendo: “Certamente, nesses muitos anos outros já terão solucionado o problema, terá havido um desenvolvimento

**A controvérsia
entre opositores
e defensores da
ecologia aparece
claramente quando
se trata de propor
soluções concretas**

tecnológico, e a vida então será completamente diferente, não só aqui, mas no mundo inteiro”. Essa confiança cega na técnica e no seu desenvolvimento (digamos) “natural” constitui uma “segunda natureza” para a cultura materialista do ocidente moderno (sobre a “falácia naturalística” ver Oliveira, 1999), e provavelmente não será apenas o apelo pessoal dos ecologistas a uma responsabilidade para com o destino das futuras gerações que poderá modificá-la.

E devemos, inclusive, reconhecer que a aposta dos materialistas num desenvolvimento “natural” (ou “automático”) da tecnologia, é uma aposta de futuro (por trágica que seja) como outra qualquer. Não é por outra razão que os representantes científicos das grandes companhias e dos interesses dos países industrializados se atrevem a apresentá-la contínua e publicamente, inclusive nos jornais, desde Kyoto. Pois a economia-política clássica (inclusive a marxista) se tem esmerado em mostrar que a história do desenvolvimento dos países industrializados é uma história da superação das dificuldades do crescimento econômico a partir da inovação tecnológica; e é certo que através de crises cíclicas e guerras periódicas entre países e regiões (além das “guerras de preços” permanentes, e da exclusão social e econômica da maior parte da humanidade), crises essas que alternam e combinam o crescimento com a estagnação e a destruição produtiva.

Tal visão individualista, materialista e competitiva dispõe-se, portanto, a assumir os riscos e os custos destrutivos, decorrentes do automatismo da “mão invisível” dos mercados, porque conduzem à inovação tecnológica de uma “segunda natureza”, substituta daquele ambiente natural que nos rodeia.

Os que defendem a ecologia e o meio ambiente convergem em sua crítica do individualismo materialista

Mas é claro que esta aposta unilateral, nas virtudes da técnica e em sua evolução “natural”, realizada pela cultura política dominante é radicalmente questionada pelos setores ecologistas (Viola e Leis, 1995). Estes argumentam, com base nos dados sobre a exaustão acelerada dos recursos naturais não renováveis, a rápida extinção de várias espécies animais e vegetais no corrente século, as alterações e intervenções humanas no estoque genético das biosferas naturais relativamente distantes (como a da Amazônia, de uso multissecular pelos povos indígenas, e que poderia proporcionar a cura, ainda não alcançada, para muitas enfermidades humanas).

Em suma, os setores que defendem a ecologia e o meio ambiente – apesar de sua diversidade interna, e até desacordo profundo sobre muitos assuntos centrais da política, da economia, e outros aspectos da sociedade – convergem em sua crítica do individualismo materialista dominante na cultura política do ocidente. E oferecem, ao contrário, uma visão universalista e coletivista – que alguns consideram “pós-materialista” (Inglehart, 1997) –, centrada na solidariedade e cooperação humana. Uma solidariedade a ser construída, não apenas entre todos os setores da sociedade, e entre todas as sociedades, mas igualmente com as gerações futuras, com a preservação das demais espécies, e com a natureza – o mundo “natural” como um todo.

Este é certamente um resumo muito geral da emergente cultura política do ecologismo, extraído dos estudos feitos sobre os debates preparatórios e os eventos paralelos que acompanharam a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro – e que buscaram influir, e até certo ponto influíram

bastante, nos resultados finais dessa conferência da ONU, expressos na Agenda 21. Sem dúvida, esta cultura política emergente entre os setores ecologistas merece um estudo histórico específico. Porém, a compreensão do ecologismo enquanto fenômeno político-cultural requer a sua delimitação face a outras dimensões da sua existência.

Por exemplo, os setores ecologistas têm sido muitas vezes estudados enquanto movimentos sociais, o que é relevante e compreensível, principalmente porque é precisamente assim que esses setores emergem, originalmente, em cada sociedade. Ou seja, eles surgem geralmente como grupos sociais pequenos, ao redor de uns poucos indivíduos, defendendo temas específicos, como a proteção de alguma área ou setor social especialmente ameaçado, pela poluição de um rio, uma praia ou lagoa etc. Satisfeitas ou não essas demandas localizadas, os indivíduos que compõem o grupo eventualmente podem somar-se a um movimento mais amplo, ou participar de uma federação de movimentos, com demandas e objetivos mais extensos – chegando a adotar até aquele slogan já clássico do ecologismo: “Pensar globalmente e agir localmente”.

Parece claro que, nesse processo de expansão, os movimentos sociais ligados ao ecologismo continuam como demandantes frente ao Estado e ao sistema político-cultural como um todo – mesmo quando seus participantes participam de partidos políticos, ou até formam partidos próprios, ecologistas e ambientalistas, como tem acontecido no Brasil e em outros países. Não queremos dizer com isso que esses movimentos e partidos não apresentam propostas concretas e alternativas de solução mais gerais para os

As manifestações do ecologismo na cultura política têm sido pouco estudadas na América Latina

problemas do país – e ... do mundo! O que parece claro, porém, é a sua persistência ou fidelidade, aliás, louvável, à sua condição originária enquanto movimento social.

Os movimentos e partidos ecológicos são, portanto, movimentos temáticos, já que, ao redor de seu tema central, descortinam e debatem soluções mais gerais para os problemas humanos. E não há nada de errado nisso, pois a história demonstra a importância de partidos que surgiram exatamente assim – como os partidos socialistas, por exemplo, que emergiram também como movimentos sociais específicos dos trabalhadores, no século XIX. Ademais, a sua própria condição enquanto movimento social estipula essa situação de exterioridade, como demandante em relação ao Estado e ao sistema político. Assim, de um ou outro modo, com maior ou menor grau de radicalismo, todos os movimentos sociais podem ser considerados herdeiros daquela famosa frase anarquista, escrita em grafite pelos estudantes de 1968 nos muros de Paris: “Sejam realistas, demandem o impossível!” (Viola e Maiwaring, 1987).

Estas manifestações do ecologismo na cultura política como um todo têm sido pouco estudadas na América Latina. Contudo, cabe notar que já há uma literatura relativamente abundante sobre os países da Europa, por exemplo, relacionando essas duas dimensões dos setores sociais ecológicos, a saber, a sua condição enquanto movimento social e a sua manifestação na cultura política. (Dalton e Kuecheler, 1990; Gibbins, 1989). Remetemos o leitor a essa bibliografia, na expectativa de que outros estudos possam estabelecer essas relações também, acerca do Brasil e demais países da América Latina.

Mas, já que mencionamos a utopia do ecologismo, convém delimitar também uma outra dimensão do seu estudo. Refiro-me ao estudo sobre o que se poderia denominar de “filosofia do ecologismo” – não apenas sobre o conteúdo ou a fundamentação filosóficos da mensagem ecológica, sua crítica da ciência e da epistemologia tradicional etc. – mas ainda sobre o significado de vários termos debatidos pelos ecologistas, como “desenvolvimento sustentável”, “modernização”, “pós-modernidade”, “crise civilizatória”, “crise de paradigmas”. Também esta dimensão filosófica do ecologismo tem sido tratada por vários estudos especializados (Gare, 1995), e aqui apenas poderemos considerá-la no que refere especificamente ao ecologismo enquanto cultura política.

A definição da cultura política do ecologismo, nos termos de uma “cultura da sustentabilidade” é investigada pelo Prof. David V.J. Bell, estudioso canadense da cultura política, diretor do Centro para a Sustentabilidade Aplicada, da Universidade de York (Toronto). Seu trabalho define cuidadosamente o que significa cultura política, revisando as concepções teóricas existentes sobre o tema, e sustentando a necessidade de integrá-las desde um ponto de vista histórico, que examine a sua eficácia como estratégia de pesquisa em cada situação. Além disso, o trabalho adverte sobre o caráter inovador e minoritário de uma “cultura da sustentabilidade”, que surge e evolui no contexto adverso da cultura política materialista dominante hoje no mundo. Finalmente, o autor enfatiza a necessidade de uma estratégia pluralista de educação ambiental (por exemplo, através de “multistakeholder consultations”), que envolva gradualmente setores sociais representativos e interessados

na mudança cultural, no sentido da difusão e eventual institucionalização da “cultura da sustentabilidade”.

Críticas levantadas por Paula Brügger e Mark Lutes, vinculados respectivamente ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente, da UFSC; e ao Doutorado em Estudos Ambientais da Universidade de York (Canadá), em seminário internacional realizado na UFSC em 1988, enfatizam os limites e problemas levantados pelo trabalho do Prof. Bell, não apenas no sentido de sua aplicabilidade histórica, mas também de sua abrangência teórica. O principal alvo das críticas é o suposto otimismo do autor, que tenderia a desconsiderar os bloqueios intelectuais, estruturais e institucionais, resistentes à difusão de uma “cultura da sustentabilidade”. Contudo, os debatedores reconhecem a relevância do ponto central do trabalho, que aponta à necessidade de construir estratégias de pesquisa e intervenção relevantes para cada contexto histórico / político-cultural¹.

O tema da juventude e seus contextos atuais de socialização são centrais nesses debates, principalmente porque estudos anteriores haviam apontado uma tendência crescente à apatia eleitoral desses setores, bem como à sua rejeição e/ou desinteresse pelas instituições representativas (Baño e Faletto, 1992). O que se sugere é a crescente importância da juventude no questionamento da cultura política materialista dominante em nossos países. Ainda que por diferentes caminhos, métodos diversificados de pesquisa, e concepções mais ou menos abrangentes acerca da cultura política e de seu estudo, os pesquisadores constatarem a inconformidade dos jovens com a política tradicional e a busca

¹ Estes comentários foram extraídos da Introdução do livro *Ecologia, Juventude e Cultura Política*, publicado pela editora da UFSC.

por novos meios de sua superação. Longe, portanto, da apatia e desinteresse que antes se atribuía aos setores emergentes do eleitorado, agora é possível visualizar uma vontade ascendente de resolução dos problemas humanos – que afetam a todas as gerações, mas principalmente os setores mais jovens, que lutam por encontrar seu lugar em um mundo que não criaram, e deverão transformar profundamente, para sua simples sobrevivência.

É certo que muito precisa ser feito, após esse diagnóstico inicial, inclusive para poder até aprofundá-lo e entender melhor seu significado e suas conseqüências para os nossos países. Haverá realmente uma tendência cultural ecologista em expansão entre os jovens da América Latina, como já foi constatado antes nos países centrais do ocidente? Como se relaciona essa tendência com o pós-materialismo, que se afirma estar crescendo no mundo inteiro? Será de fato a nossa juventude capaz (e desejosa) de enfrentar esse desafio, de oposição ao legado da cultura materialista dominante em nosso meio? Ou estaremos apenas, como muitas vezes antes, projetando nas novas gerações, e em nossos filhos, as responsabilidades e frustrações que não soubemos ou não pudemos (ou ainda, quem sabe, nem quisemos) resolver em nossa própria juventude e maturidade?

O tempo dirá se temos razão de esperança no futuro, e os estudos do caráter ou dimensão político-cultural do ecologismo poderão ajudar-nos a alcançar uma antecipação mais serena e consistente da mudança cultural em nossos países. Contudo, seja qual for a reformulação que devamos fazer em nossas pesquisas sobre cultura política (e há muitas delas, como sempre,

necessárias e pendentes), o fato de que possamos hoje debater uma “cultura da sustentabilidade”, com todas as ambigüidades e controvérsias, é sinal de que algo está mudando em nossa cultura política. Pois aqui nos atrevemos a imaginar que o futuro não será necessariamente apenas uma projeção agravada do passado e do presente. Senão por outra razão, porque, se assim fosse, simplesmente não haveria futuro.

Sobre o autor

Paulo J. Krischke é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de York (Canadá); atualmente é professor do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

Referências

- BAÑO, Rodrigo, e FALETTTO, Enzo, “El Apoliticismo: El Factor Generacional”, FLACSO, Santiago, Documento de Trabajo N.390, 1990.
- BRÜGGER, Paula, “Uma Leitura Ambientalista da Comunicação no Ocidente”, Tese de Doutorado, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, CFH/UFSC, 1999.
- CRESPPO, Samyra, et allia, O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade, MAST/ISER/MMA/MCT, 1998.
- DALTON, Russel e KUECHLER, Manfred (Orgs.), Challenging the Political Order. New Social Movements in Western Democracies, New York: Oxford University Press, 1990.
- DUNLAP, Riley E., “Lay Perceptions of Global Risk. Public Views of Global Warming in Cross-National Context”, *International Sociology*, 13(4):473-98, December, 1998.
- GARE, Arran, Postmodernism and the Environmental Crisis, Londres, Routledge, 1995.

GELBSPAN, R., *The Heat is On: The High Stakes Battle Over Earth's Threatened Climate*, Reading, MA, Addison-Wesley, 1997.

GIBBINS, John R. (Org.), *Contemporary Political Culture. Politics in a Postmodern Age*, Londres: Sage, 1989.

INGLEHART, Ronald, *Modernization and Post-modernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, New Jersey, Princeton University Press, 1997.

OLIVEIRA, Nythamar Fernandes, *Tractatus Ethico-Politicus. Genealogia do Ethos Moderno*, Pôrto Alegre, Editora da Pontificia Universidade Católica do RGS, 1999.

ROSA, Eugene, e DIETZ, Thomas, "Climate Change and Society: Speculation, Construction and Scientific Investigation", *International Sociology*, 13(4), 421-55, December, 1998.

VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott, "Novos Movimentos Sociais, Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina", in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (Orgs.), *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*, Brasiliense, São Paulo, 1987.

VIOLA, Eduardo, et alia, *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*, UFSC/Cortez, São Paulo, 1995.